

associados policiais delegados de polícia possam se aposentar na classe em que estiverem.

Vários policiais estão ganhando essas ações na Justiça. Isso quer dizer que o governador seguiu um parecer da SPPrev, um parecer, quer dizer, do ponto de vista que me foi falado, um parecer burro.

E ele seguiu essa lógica e não atentou para essas questões de que várias ações na Justiça estão seguindo a Constituição Federal; o que diz a Constituição Federal, e não o que diz a Lei 1354.

Então, a Associação dos Delegados de Polícia ganhou na Justiça esse direito de seus associados se aposentarem na classe em que estiverem. Só que a sentença não faz erga omnes, ou seja, não atende a todos, só atende os associados. Então, vários outros sindicatos e associações, para garantir esse direito, têm que ir à Justiça.

Mas o que eu quero dizer para o deputado Rafael Saraiva é que, na questão animal, o governador ainda mandou aqui uma mensagem que não responde às demandas que o seu projeto traz, não responde o que propôs o projeto de V. Exa., mas ele mandou um projeto, e com relação aos policiais ele não mandou nada.

Ele poderia, sabedor dessa inconstitucionalidade que tem o Art. 12, da Lei Complementar 1354, mas ele não mandou nenhuma mensagem para esta Casa. Ou seja, aquele título que eu dei para ele de inimigo dos policiais civis, realmente está aqui sacramentado, está validado esse título, porque em outros projetos ele ainda se manifesta e manda mensagem para poder dar uma desculpa, para poder ficar bem com a sua base, tentando ficar de bem com o deputado Rafael Saraiva.

Mas, para os policiais, nem isso ele fez. Nem isso ele fez.
\* \* \*

- Assume a Presidência a Sra. Marina Helou.

\* \* \*

Então quero reafirmar aqui mais uma vez, em nome da categoria da Polícia Civil, que o governador de São Paulo, o Sr. Tarcísio de Freitas é, sim, o inimigo. Ele trata os policiais civis como seus inimigos; então ele é o inimigo dos policiais civis.

Com relação às razões de veto no Projeto n.º 142, de autoria do deputado Rafael Saraiva, ele coloca aqui, olha, “o exercício das atribuições estaduais nessa seara deve, todavia, compatibilizar-se com as demais normas constitucionais aplicáveis ao tema objeto do projeto, sobretudo com o princípio da livre-iniciativa, acolhido como fundamento da República e como princípio basilar da ordem econômica, Art. 1.º, inciso IV e Art. 170, ambos da Constituição Federal”.

Então é muito genérico, deputado Rafael Saraiva, o que ele propõe aqui. Na realidade, ele fez um contorcionismo para poder vetar um projeto tão muito bem - seguindo até aqui no Legislati-vo - um projeto tão bem-apresentado por Vossa Excelência.

E ele fez isso porque ele atendeu o lobby empresarial; ele não atentou para a questão do meio ambiente, para a questão da saúde do animal, para a questão dos maus-tratos contra o animal, conforme é o que o projeto de V. Exa. prevê. Então ele manda esse projeto para tentar dizer que está de bem, e ele, as desculpas dele e a lógica de veto dele não têm fundamento, não se coadunam.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARINA HELOU - REDE - Ótimas palavras, deputado. Chamo agora à tribuna o deputado Rafael Saraiva.

O SR. RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, público presente na galeria, funcionários desta Casa, vou pedir para a mídia soltar um vídeo. Gostaria que prestassem um pouquinho de atenção, é um vídeo de mais ou menos dois minutos. Pode soltar.

\* \* \*

- É exibido o vídeo.

\* \* \*

O vídeo não tem áudio, mas ele é autoexplicativo. É um vídeo de busca no Google sobre a Coordenadoria de Defesa e Saúde Animal. Uma simples busca no Google, “Coordenadoria de Defesa e Saúde Animal”, você vai parar na Secretaria Estadual de Saúde. Ai, tem lá um decreto de 2019, o endereço na Av. Pacaembu, um organograma com alguns cargos. Interessante.

Aí faz uma busca também sobre um programa da Coordenadoria, não encontra nada no site que deveria falar da Coordenadoria. Interessante, não acha nada. Aí vem um programa de castração da Coordenadoria, não se acha muita coisa. Aí vai um programa, uma busca mais ampla, acha uma matéria, fala sobre 130 cidades.

Aí vamos no Instagram da primeira-dama. Graças a Deus a gente tem uma primeira-dama sensível, que no Dia dos Animais ela fez uma publicação, e eu consequi ter uma resposta sobre o Programa Meu Pet no Instagram da primeira-dama. E ali eu vi que 25 cidades receberam o Programa Meu Pet, duas cidades receberam o hospital e em três cidades estão em construção.

Por que eu estou falando sobre esse vídeo? Porque essa coordenadoria, dez meses atrás, nobres deputados, quando o governador assumiu, essa coordenadoria saiu da Saúde e foi para a Semil. Dez meses atrás. Só que acho que estão ociosos lá, estão com os pés para cima fazendo alguma coisa, e não atualizaram o site ainda.

Então, se você for fazer uma busca, não conseguiram fomentar o site, colocar as atividades que eles fazem. Desde que eu assumi, em março, tentei buscar informações do que eles fazem, e se não fosse uma publicação no Instagram da primeira-dama, eu não ia conseguir ter acesso às informações.

Se não fosse o Dia Mundial dos Animais e a sensibilidade da primeira-dama de postar uma homenagem aos animais, eu não ia saber que em 25 cidades do nosso estado já está funcionando o Programa Meu Pet, porque a coordenadoria não tem essa postagem.

Então, assim, após dez meses de essa coordenadoria ter migrado, Coordenadoria de Defesa e Saúde Animal ter migrado da Secretaria de Saúde para a Semil, que é uma supersecretaria, ainda consta como inserida na Saúde, com informações defasadas.

É uma falta de transparência, é uma falta de gestão, é uma falta de habilidade ou, no meu entender como deputado combativo na causa animal, um deputado atuante na causa animal, posso julgar como único deputado protetor da causa animal aqui, na Alesp, é uma falta de interesse.

Deputado Reis, olhando para o senhor, quando você quer saber alguma coisa de determinada Pasta, e não tem um portal da transparência, é complicado. Então, isso é um problema, porque falta de transparência é igual a falta de importância. Então, fica aqui esse apontamento.

\* \* \*

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Cezar.

\* \* \*

Para piorar, chegou a LOA. Na de 2023, tinham 55 milhões para essa coordenadoria. Agora, 11 milhões. É melhor eu pegar a minha impositiva e trabalhar. Caramba, isso é um absurdo.

Ontem chegou aqui o projeto do Executivo, 1477, que juro que eu achei que seria um passo do Executivo para a gente começar a inserir políticas públicas no estado de São Paulo no que tange à proteção dos animais.

Só que quando a política pública de bem-estar animal é menor do que um gabinete de um deputado estadual, ela se apequena nos resultados. Não dá. Então, está aqui o meu pedido, olhando para a câmera da TV Alesp, meu pedido para o governador Tarcísio de Freitas, meu pedido para o secretário da Fazenda, Samuel Kinoshita, meu pedido para o secretário da Casa Civil, Arthur Lima: nós precisamos inserir políticas públicas na coordenadoria.

Ali não tem como a gente inserir políticas públicas de proteção animal sem verba, porque hoje as políticas públicas que ali estão são feitas com emendas parlamentares. E a gente vai ficar pedindo favor para deputado? Favor é favor; políticas públicas têm que vir do Executivo.

Eu vou estender a mão, eu vou trabalhar junto com o Executivo, mas não tem como a gente bater de porta em porta

de deputado passando o bonezinho para pegar emenda, para fazer castração, para construir hospital, para construir canil com 11 milhões. É menos do que a impositiva de um deputado estadual. É menor do que um gabinete. Não dá, não dá, presidente. Hoje é uma coordenadoria com cinco cargos.

A estrutura é muito aquém. São mais de 70 milhões de animais em vulnerabilidade. Alguns minguados de cargos, poucos servidores. Um mantel totalmente inviável para o desenvolvimento que o estado de São Paulo merece para a causa animal.

E isso me assusta. O estado de São Paulo elegeu deputados federais da causa animal, elegeu-me como deputado estadual, com quase 100 mil votos, para representar aqui na Alesp, ser a voz e a vez dos animais. E não dá.

Eu peço, secretária Natália: com toda a sua capacidade, com toda a sua força, vamos lutar juntos pelos animais, vamos reestruturar a coordenadoria, as macrorregiões, os protetores, as ONGs. Mas com 11 milhões, não dá.

Com cinco, sete cargos, não dá. As políticas públicas precisam ser inseridas, hospitais veterinários regionais, custeio; precisa ter uma política de custeio, de conscientização nas escolas, pensando nas próximas gerações.

Eu amo resgatar um cachorro de rua. Eu amo resgatar, quebrar canil clandestino e pegar cachorro filhote no colo. Mas eu não quero que meu filho faça isso. Então, eu preciso educar nas escolas. A gente precisa conscientizar as futuras gerações.

Então, a gente precisa ter verba, fazer uma política intersecretarial, mas com 11 milhões, não dá. Com uma estrutura menor do que um gabinete de um deputado estadual. Uma estrutura menor do que um vereador de uma capital. Não dá, não dá.

Então, está aqui o meu pedido: vamos trabalhar juntos. Mas não dá. Está aqui o meu pedido. Eu estou implorando, porque os animais não merecem essa pequenez que chegou na LOA: 11 milhões para castração, para hospital veterinário, para tratamento em container.

E uma desatualização de mais de dez meses num site. Isso mostra o desinteresse, a falta de importância que teve - até ontem. Porque eu sei que ontem, com a chegada do Projeto de lei no 1477, vai ser escrita uma nova história na vida dos animais.

Muito obrigado, presidente.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS CEZAR - PL - Pela ordem, deputada Marina Helou.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Eu gostaria de falar pelo Art. 82, como Minoria.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS CEZAR - PL - É regimental. Com anuência do líder da Minoria, que está aqui, deputado Enio Tatto, tem V. Exa. o tempo regimental de cinco minutos.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - PELO ART. 82 - Muito obrigada. Obrigada, líder. Boa tarde a todas e a todos que nos acompanham nesta tarde pela TV Alesp, a todas e a todos que estão trabalhando para que nós deputados possamos fazer nosso trabalho aqui, representando a população do nosso estado. Boa tarde, presidente, líder da Minoria.

Eu estou aqui, na semana em que a gente comemora o dia das crianças, um dia em que todo mundo gosta de postar fotos nas redes sociais, um dia em que a gente lembra a importância das crianças na nossa sociedade, para falar de um tema que é urgente, que são as crianças no nosso Orçamento.

Recebemos, nesta Casa, o PPA, o Planejamento Plurianual, que é um programa em que colocam... Uma Peça Orçamentária em que todos os programas do estado para os próximos quatro anos estão descritos e detalhados.

E a gente não consegue achar as crianças lá dentro. A gente não consegue ver qual é o orçamento e quais são os programas determinados e destinados às crianças do nosso estado. A gente não consegue mensurar o quanto de dinheiro a gente está investindo nas nossas crianças, lembrando que o dinheiro investido nas crianças não é gasto, é investimento, no presente e no futuro.

Não contente em a gente não conseguir ter essa visualização desse recurso investido no PPA, também recebemos nesta Casa a Peça Orçamentária, que é a LOA, a Lei do Orçamento Anual, para o orçamento do ano que vem.

Uma peça que prevê um orçamento de 320 bilhões de reais para o estado de São Paulo, e a gente também não consegue encontrar qual é o orçamento, qual é o dinheiro que será destinado para as nossas crianças.

Pior do que isso, a única linha em que a gente consegue colocar, com clareza, que o público alvo são as crianças pequenas, é a primeira infância, conta com orçamento de dez reais.

Eu tenho certeza absoluta de que esse não é o total de investimento que a gente vai ter nas crianças no ano que vem, só de desta forma como está o orçamento, a gente não consegue ter a transparência de qual é o gasto com as crianças, qual é o investimento nas crianças, qual é o valor.

Sem informação e sem transparência a gente não consegue acompanhar a política pública, sem ter informação de quanto que a gente está gastando com as crianças, a gente não consegue acompanhar e cobrar para que aumente esse investimento.

Se a gente procurar na internet, o único investimento que se consegue ver é o investimento em creches, mas a gente sabe que o investimento na primeira infância, o investimento na criança, vai muito além disso.

Por isso eu quero pedir o apoio de todas as deputadas e de todos os deputados desta Casa à discussão do PPA à minha emenda, que cria o quadro de monitoramento da primeira infância no PPA, para que a gente possa avaliar e consolidar todo o investimento feito nas crianças e para que a gente consiga monitorar e cobrar melhorias nesse investimento.

Criança tem que estar no Orçamento, lugar da criança é no Orçamento, a nossa emenda é a primeira infância no PPA. Além disso, subo a esta tribuna hoje para celebrar que a gente teve o Prêmio Nobel de Economia voltando para a mão de uma mulher, depois de tanto tempo, que provou com a sua pesquisa onde está a desigualdade de gênero entre homens e mulheres olhando da perspectiva econômica.

É um tema superimportante, fala sobre a economia do cuidado, ela recebe o Prêmio Nobel de Economia este ano e dá muito insumo para que a gente discuta políticas públicas para que, de fato, a gente tenha igualdade de gênero. Aqui, hoje, a gente também celebra a sanção, pelo governador, do nosso Projeto Dia da Menina.

Projeto que foi construído com meninas, lideranças da nossa sociedade, para colocar o Dia da Menina, dia 11 de outubro, no calendário oficial do estado de São Paulo.

Um dia que celebra a luta das meninas e que busca, junto com elas, acelerar esse relógio. Hoje o Fórum Econômico Mundial mostrou que serão necessários mais de 131 anos, nesse ritmo, para que a gente alcance equidade de gênero, para que a gente alcance igualdade entre homens e mulheres.

Cento e trinta e um anos. É inaceitável e, junto com essas meninas que têm lutado pelos seus direitos, com o Dia da Menina no calendário, com o Prêmio Nobel da Economia indo para esse tema, a gente se soma à luta e a gente se soma à busca para que a gente acelere esse relógio e para que a gente chegue à equidade de gênero, à igualdade entre os homens e as mulheres o quanto antes.

Porque é justo e porque é melhor para todas as pessoas. Obrigada, presidente, agradeço a palavra.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Eu ia descer para pedir, presidente, mas peço daqui mesmo. Gostaria de solicitar o levantamento da sessão, com a anuência de todos os líderes.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS CEZAR - PL - É regimental. Sras. e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje. Lembrando-o ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 16 horas 30 e minutos.

Está levantada a sessão.

\* \* \*

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 04 minutos.

\* \* \*

## 10 DE OUTUBRO DE 2023 43ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: GILMACI SANTOS

Secretaria: CARLOS CEZAR, RAFAEL SARAIVA e LUCAS BOVE

### RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - GILMACI SANTOS

Assume a Presidência e abre a sessão. Coloca em discussão o PL 1245/23.

2 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Discute o PL 1245/23.

3 - PAULO FIORILO

Solicita verificação de presença.

4 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando observado quórum.

5 - PAULO MANSUR

Para comunicação, faz pronunciamento.

6 - GIL DINIZ

Discute o PL 1245/23 (aparteado pelos deputados Major Mecca e Agente Federal Danilo Balas).

7 - PAULO FIORILO

Para questão de ordem, faz pronunciamento.

8 - LUCAS BOVE

Para questão de ordem, faz pronunciamento.

9 - VALERIA BOLSONARO

Para questão de ordem, faz pronunciamento.

10 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Cumprimenta o deputado federal Cezinha de Madureira, presente no plenário. Acolhe as questões de ordem dos deputados Paulo Fiorilo, Lucas Bove e Valeria Bolsonaro, para respondê-las oportunamente. Determina que se faça um minuto de silêncio pelas vítimas dos conflitos na região de Gaza, a pedido do deputado Gil Diniz. Discorre acerca do uso das comunicações.

11 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Para comunicação, faz pronunciamento.

12 - CARLOS GIANNAZI

Discute o PL 1245/23 (aparteado pelos deputados Paulo Mansur, Gil Diniz e Paulo Fiorilo).

13 - GIL DINIZ

Para comunicação, faz pronunciamento.

14 - BETH SAHÃO

Discute o PL 1245/23.

15 - ENIO TATTO

Solicita verificação de presença.

16 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando observado quórum.

17 - ENIO TATTO

Discute o PL 1245/23.

18 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Encerra a discussão do PL 1245/23. Dá conhecimento de emenda aglutinativa substitutiva ao projeto. Determina a publicação da referida emenda no "Diário Oficial".

19 - PAULO FIORILO

Para comunicação, faz pronunciamento.

20 - BARROS MUNHOZ

Para comunicação, faz pronunciamento.

21 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Convoca os Srs. Deputados para uma segunda sessão extraordinária, a realizar-se hoje, 10 minutos após o término desta sessão.

22 - ENIO TATTO

Para comunicação, faz pronunciamento.

23 - EDUARDO SUPLYCY

Para comunicação, faz pronunciamento.

24 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Determina que se faça um minuto de silêncio em homenagem a Dom Mauro Morelli, a pedido do deputado Eduardo Suplicy.

25 - LUCAS BOVE

Para comunicação, faz pronunciamento.

26 - DONATO

Para comunicação, faz pronunciamento.

27 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Lembra a segunda sessão extraordinária a realizar-se hoje, 10 minutos após o término desta sessão. Encerra a sessão.

\* \* \*

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Gilmaci Santos.

\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior. Ordem do Dia.

\* \* \*

- Passa-se à

### ORDEM DO DIA

\* \* \*

Proposição em Regime de Urgência. Discussão e votação do Projeto de lei nº 1245, de 2023, de autoria do Sr. Governador. Para discutir contra, o nobre deputado Luiz Claudio Marcolino. O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Estamos aqui hoje debatendo o Projeto nº 1.245, de 2023.

É um projeto que em tese até poderia ser importante para o estado de São Paulo, mas mais uma vez o governador Tarcísio acaba trazendo aqui um projeto para preservar ou para proteger praticamente o seu padrinho político, que é o presidente Bolsonaro.

Nós vimos que durante todo o processo da pandemia no nosso país, onde muitas pessoas acabaram morrendo por uma incompreensão do momento ou talvez até por uma própria incapacidade de fazer uma boa leitura do que acontecia no mundo em relação à pandemia.

Porque quando a pandemia chegou no Brasil, principalmente no estado de São Paulo, nós já tínhamos visto que vários países do mundo conseguiam fazer uma reflexão e um diálogo sobre a estrutura da economia do seu país e dos seus estados, mas também faziam um debate sobre a questão sanitária de cada um dos países.

Nós vimos muitos países da Europa que rapidamente se organizaram, se estruturaram, conseguiram fazer o fechamento da paralisação das atividades da população, preservando tanto a vida, como preservando a renda e preservando os empregos da população mundo afora.

Aqui no Brasil, na época, o hoje ex-presidente Bolsonaro, não teve a dimensão de que isso aconteceria - o que acontecia lá fora, que não aconteceria aqui no Brasil, nobre deputado Enio - e criou uma tese que você solucionaria o problema da questão sanitária no País com uma ação de manada. Se a maioria da população vai ser infectada, o próprio vírus, a própria infecção geraria no organismo da população faria com que você diminuísse o Covid no nosso País.

Com isso, o ex-presidente Bolsonaro - não só nos demais estados, mas principalmente aqui no estado de São Paulo - em cada canto que ia não usava máscara. Não conseguiu estruturar uma política para o estado de São Paulo para garantir 100% da vacinação da população. Questionava a metodologia da vacina, que o mundo inteiro já tinha colocado a necessidade e a obrigatoriedade.

Então, simplesmente, ele renegou a ciência e toda a orientação que tinha em relação ao Covid. O ex-presidente Bolsonaro simplesmente apregoava em cada canto do País que as pessoas não precisavam usar máscara, não fez nenhuma ação efetiva para garantir a vacinação da população do estado de São Paulo.

Com isso, o presidente Bolsonaro acabou sendo autuado e multado por diversas vezes aqui no estado de São Paulo. Essa multa do ex-presidente Bolsonaro chegou a praticamente quase um milhão de reais no nosso País.

No estado de São Paulo... Eu falei quase um milhão de reais, que essa é a multa que o presidente Bolsonaro tem que pagar ao estado de São Paulo, em virtude de não utilizar as máscaras como deveria qualquer outra pessoa que estava sob o regime aqui do controle da questão da pandemia no nosso País.

Muitas pessoas foram autuadas, muitas pessoas foram multadas. Mas no caso do Bolsonaro, a forma como ele atuou acabou estimulando que outras pessoas também não usassem as máscaras.

Só que agora essa multa chegou no momento de ser efetuada, de ser paga e o governador Tarcísio encaminha um projeto de lei aqui para a Assembleia Legislativa, para tentar resolver a questão da dívida ativa do estado de São Paulo.

Nós temos hoje muitas pessoas que têm dívida com o estado, seja pessoa física, seja pessoa jurídica, têm dívida hoje com o estado São Paulo, e esse projeto de lei apresentado na Assembleia, o 1245, ele dialoga sobre justamente essa necessidade da recomposição da dívida ativa no estado de São Paulo, mas coloca aqui, no Art. 36: “Ficam canceladas as multas administrativas, bem como os respectivos consecatórios legais aplicados por agentes públicos estaduais, em razão do descumprimento de obrigações impostas para a prevenção e o enfrentamento da pandemia de Covid-19”.

É justamente nesse item que o governo Tarcísio quer anistiar o Bolsonaro de uma dívida que ele tem com o estado de São Paulo, em virtude de descumprir as regras sanitárias em relação à Covid.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Sr. Presidente, o deputado Luiz Claudio vem para esta tribuna para apresentar seus argumentos, e eu não vejo aqui os pares para acompanhar esse debate. Então, eu quero pedir verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Claro, é regimental o pedido de Vossa Excelência. Eu vou convidar o nobre deputado Carlos Cezar e o deputado Rafael Saraiva para fazermos a verificação de chamada.

\* \* \*

- Verificação de presença.

\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Constatado quórum regimental, agradecemos a colaboração dos nobres deputados Carlos Cezar e Rafael Saraiva. Devolvemos a palavra ao orador.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Sr. Presidente, o senhor considerou dois deputados que não estão trajados conforme o Regimento. Eu queria perguntar se o senhor vai considerar os dois deputados que estão fora do Regimento.

A SRA. BRUNA FURLAN - PSDB - Pode calça jeans, presidente?

O SR. PAULO FIORILO - PT - O que está no Regimento pode.

O que não pode é o que não está no Regimento.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Sem o deputado Carlião Pignatari e o deputado Atila Jacomussi, que estão sem a gravata...

A SRA. BRUNA FURLAN - PSDB - Calça jeans pode, presidente?

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - A senhora está perfeitamente trajada. A senhora está perfeitamente trajada, deputada Bruna.

O SR. PAULO FIORILO - PT - (Inaudível.) é só para os homens.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS

- Mesmo tirando o deputado Carlião e o deputado Atila, está constatado o quórum regimental, deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Muito obrigado, Sr. Presidente.

A vida é dura, a vida é dura.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLIC